



Perspectiva Institucional dos Sentidos das Juventudes nas Políticas Públicas em Sergipe: Uma Análise a Partir das Representações de Juventude Pelos Gestores Públicos¹

João Vítor Pinto SANTANA²
Letícia Oliveira Feijão GALVÃO³
Adrielle da Silva de OLIVEIRA⁴

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

Resumo

A juventude tem sido tematizada de diversas formas pelas instituições sociais, desde representações que a situam enquanto uma fase transitória da vida que demanda tutela até interpretações que entendem os jovens enquanto sujeitos de direitos, com capacidade ativa de reivindicação e mobilização social. Neste trabalho, adentramos a temática das políticas públicas voltadas à juventude no Estado de Sergipe ao procurarmos problematizar o alcance destas políticas e analisar as representações da juventude por um viés institucional. Partindo deste ponto, investigaremos o que os gestores à frente das secretarias e coordenadorias responsáveis por políticas para as juventudes em municípios de Sergipe entendem sobre esta categoria social específica e suas respectivas demandas sociais. Sendo assim, o objetivo deste estudo é levantar as discussões sobre as tematizações vigentes relacionadas à juventude por parte do poder público no atual contexto de precarização social e retrocessos de direitos. Portanto, buscaremos analisar como as representações correntes da juventude pelos gestores influenciam na elaboração (ou falta) de políticas públicas, a partir de questões envolvendo o que tais gestores compreendem por ser jovem, bem como seus pontos de vista acerca da elaboração e execução de políticas de juventudes. Dessa maneira, tendo como premissa o fato de que a construção identitária é uma relação de poder, nosso intuito é interseccionar questões intergeracionais relativas aos estudos sobre juventudes e políticas públicas, bem como lançar um olhar sociológico à situação das políticas públicas de juventude em Sergipe frente a situações de desigualdade social.

Palavras-chave: Juventudes; Políticas públicas; Representação social.

¹ Trabalho apresentado no GT 3 - Processos de Identificação e Desigualdades nas Relações Étnico-raciais, Intergeracionais e de Gênero do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS). Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe (PRODIR/UFS). Especialista em Direito Penal Econômico pela Universidade de Coimbra (Portugal). Membro do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs).

³ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e membro do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs).

⁴ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e membro do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs).



Introdução

A juventude tem sido tematizada de diversas formas pelas instituições sociais, desde representações que a situam enquanto uma fase transitória da vida que demanda tutela até interpretações que entendem os jovens enquanto sujeitos de direitos, com capacidade ativa de reivindicação e mobilização social.

O presente artigo é um desdobramento de uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC) realizada entre 2019 e 2020, intitulada de “Juventudes, Estilos de Vida e Sentidos da Transição para a Vida Adulta: protagonismos versus precariedades”⁵. Por meio da mesma, investigamos a situação das políticas públicas para juventudes no Estado de Sergipe. Neste artigo, com base nos dados coletados durante a pesquisa, buscamos analisar as representações que os gestores públicos têm da juventude e como estas representações impactam na elaboração e execução de políticas públicas.

Antes de iniciar uma discussão sobre as especificidades das políticas públicas para as juventudes no Estado de Sergipe, é importante salientar que a juventude é entendida, dentro das ciências sociais, também enquanto categoria social referente a uma fase da vida. Partindo deste ponto, diversos estudos foram conduzidos no campo das juventudes, envolvendo temas como violência, trabalho (SANTANA, 2018), estilos de vida (MARCON e ALMEIDA NETO, 2012) e participação política. Especificamente na temática das políticas públicas, as discussões vigentes nas ciências sociais debruçam-se sobre a eficiência de tais políticas e sobre as demandas dos jovens frente às mesmas.

Historicamente, no Brasil, as primeiras políticas de juventude foram identificadas a partir dos anos 1990, mas vistas com mais frequência a partir dos anos 2000. Sposito e Carrano (2003) evidenciam que tais políticas baseiam-se em facilitar a integração dos jovens ao mundo adulto. Nesse contexto, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a criação da Secretaria Nacional da Juventude, em 2003, e a promulgação do Estatuto da Juventude, em 2013, foram

⁵ Esta referida pesquisa de iniciação científica, vinculada ao Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs), foi realizada sob orientação e coordenação de Prof. Dr. Frank Nilton Marcon e contou com a participação das pesquisadoras bolsistas de iniciação científica: Adrielle da Silva de Oliveira e Letícia Oliveira Feijão Galvão, bem como colaboração do pesquisador: Me. João Víctor Pinto Santana.



importantes marcos normativos para o reconhecimento jurídico-social do jovem enquanto sujeito de direitos.

Por meio destas inovações legislativas, novas diretrizes institucionais sobre infância, adolescência e juventude foram estabelecidas enquanto parâmetro para a elaboração de políticas públicas. É importante frisar que as políticas de juventude chegaram ao Brasil com certo atraso, tendo em vista que desde a década de 1980 órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) abordaram a necessidade de os direitos das juventudes serem atendidos⁶.

Ocorre que a partir do ano de 2016, como evidencia Silva (2020), o cenário de instabilidade política no país acaba por impactar nas políticas de juventudes, pondo as iniciativas para as juventudes em segundo plano. Segundo Silva (2020, p. 37), neste período, o governo “passa a pensar as juventudes como em tempos passados, não como sujeitos de direitos, mas como juventudes vulneráveis às problemáticas e que nesse sentido, necessitam da intervenção do Estado.”

Diante desse cenário – tendo o objetivo de levantar as discussões sobre as tematizações vigentes relacionadas à juventude por parte do poder público no atual contexto de precarização social e retrocessos de direitos – o problema que norteia o presente estudo é o seguinte: como os gestores à frente das secretarias e coordenadorias responsáveis por políticas para as juventudes em municípios de Sergipe entendem esta categoria social específica (que é a juventude) e suas respectivas demandas sociais na atualidade?

A justificativa para tal problematização é a preocupação em levantar as discussões sobre as tematizações vigentes relacionadas à juventude por parte do poder público no atual contexto de precarização social e retrocessos de direitos.

No tocante ao caminho epistemológico, buscaremos analisar como as representações correntes da juventude pelos gestores influenciam na elaboração (ou falta) de políticas públicas, a partir de questões envolvendo o que tais gestores compreendem por ser jovem, bem como seus pontos de vista acerca da elaboração e execução de políticas de juventudes.

Dessa maneira, tendo como premissa o fato de que a construção identitária é uma relação de poder, nosso intuito é interseccionar questões intergeracionais

⁶ Simbolicamente, o ano de 1985 foi nomeado pela ONU como o Ano Internacional da Juventude, a partir do lema “participação, desenvolvimento, paz”. Por meio de um comitê internacional, foram estabelecidas resoluções a serem cumpridas pelos países membros da Organização tendo a juventude como foco de iniciativas públicas.



relativas aos estudos sobre juventudes e políticas públicas, bem como lançar um olhar sociológico à situação das políticas públicas de juventude em Sergipe frente a situações de desigualdade social.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDES EM SERGIPE

O estudo do processo de produção de políticas públicas é um desafio, pelo fato de envolver diversos fatores e agentes (em um conjunto complexo de elementos: atores, suas preferências, interesses e características do contexto institucional). Entretanto, partindo da premissa de que as ciências sociais não devem se limitar à análise de avaliação de impacto das políticas públicas, é necessário propor um debate sobre o processo de formação, os direitos e a participação social nas políticas públicas. Sendo assim, para além de conceituar as políticas públicas (ou aplicar abordagens teóricas para avaliar impactos sociais) e de examinar o envolvimento do processo de cidadania dos agentes, é importante compreender como ocorre a relação entre políticas públicas e outras áreas do conhecimento, como é o caso da dimensão dos direitos, bem como a relação da participação social nos processos de operacionalização de tais políticas, principalmente quando se pretende entender, sob uma concepção sociológica, qual o panorama das políticas públicas de/para/com juventudes.

Para além de considerar a teorização sobre políticas públicas no tocante a viabilidade (ou não) de sua análise através de ciclos⁷, é essencial problematizar, por meio de discussões sobre processo de formação destas políticas públicas. Ou seja, como a política pública, em sentido amplo, vem sendo pensada? Quem manda e quem conduz uma agenda da política pública que visa a redução de desigualdade (por exemplo)?

Em torno destes questionamentos, a disputa de/por/pelo poder em relação à agenda parece ser justamente a discussão que ainda carece de aprofundamento, na medida em que temas como: cidadania (CARVALHO, 2002), direitos (COUTINHO,

⁷ Apenas a título de contextualização, é necessário enfatizar que em relação à discussão teórica sobre o tema, até os anos de 1970, o modelo de ciclo de políticas públicas – dividido em seis etapas: a) identificação de problemas; b) formação de agenda de governo; c) especificação de alternativas; d) decisão política; e) implementação; f) avaliação; – predominou nas Ciências Sociais, mais especificamente na Ciência Política (SECCHI, 2010). Ocorre que, após esse período, alguns modelos teóricos específicos para a análise de políticas públicas foram sendo adotados, principalmente no Brasil, como por exemplo: modelo de múltiplos fluxos⁷ (John Kingdon), modelo das coalizões de defesa (Sabatier e Jenkins-Smith) e modelo de equilíbrio pontuado (Baumgartner e Jones) (CAPELLA, BRASIL e SOARES, 2014, p. 5).



2010), sentidos atribuídos pelos gestores e participação social conquistam maior interconexão com as políticas públicas, pelo fato dos efeitos de movimentos sociais bem como da percepção dos representantes dos entes estatais na produção de políticas públicas, a discussão sobre espaço público e opinião pública (CEFAÏ, 2017) e a consequente participação de sujeitos (como por exemplo: os jovens) como protagonistas na esfera pública (GOHN, 2018), através da atuação sociopolítica e cultural em coletivos, movimentos sociais e/ou órgãos públicos como os Conselhos (CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2017) conquistam evidência no debate das políticas públicas.

Assim, compreender que a agenda política de governo para elaboração e execução de políticas públicas passa a ser pautada por uma organização coletiva – que pode ser reflexo, ou não, de uma representação estatal – não parece ser um equívoco, entretanto é necessário dimensionar que há uma ilusão, em sentido teórico e prático, de que as políticas públicas são estruturadas basicamente pelos conselhos, por exemplo.⁸

Outra questão que indica maior necessidade de reflexão é a preocupação com a omissão e negligência estatal em relação às demandas dos conselhos e, como consequência, a existência de um processo de desmonte de suas estruturas. Nesse aspecto, parece ser pertinente fomentar uma análise sobre a efetividade dos ciclos governamentais destas políticas públicas. Afinal, o que acontece durante o período de crescimento de uma política pública em relação à eficaz solução dos problemas sociais? Será que existem problemas sociais tão estruturantes que não tem como serem resolvidos, ou será que os ciclos destas políticas não conseguiram ser completados?

Nessa toada, Carrano e Sposito (2003), por exemplo, demonstram que as políticas públicas de juventude estavam sendo implementadas desde o final da década de 90 do Século XX, mas é perceptível que algumas políticas específicas não conseguiram conquistar uma dimensão eficaz por não alcançarem a universalidade de direitos dos sujeitos em questão. Também é percebido um embate entre a elaboração de políticas públicas e noções normativas acerca do que é ser jovem. A sociedade civil, para os autores, comporta pontos de vista contrastantes sobre esse

⁸ Acontece que os conselhos também se aparelham politicamente em relação às demandas. Trata-se de um ciclo político que ainda carece de reflexão.



estágio da vida; as representações normativas sobre a juventude e o formato das relações entre o Estado e a sociedade não seriam necessariamente complementares.

Ademais, para além do embate entre as noções normativas fornecidas pelo aparato institucional, é importante compreender a perspectiva funcional do direito em relação às políticas públicas, assim como desdobrar as políticas públicas num emaranhado de normas, processos e arranjos institucionais que são mediados pelo direito, ou seja, é crucial entender o direito enquanto: objetivo a ser alcançado pela política pública; arranjo institucional de políticas públicas; ferramenta de políticas públicas e, por fim, vocalizador de demandas e indutor de mecanismos sociais (COUTINHO, 2013; 2010).

Portanto, alguns desafios parecerem estar presentes com maior ênfase quando pensamos em políticas públicas, como por exemplo: a universalidade; a compreensão da pluralidade dos sujeitos beneficiários das políticas públicas; as dimensões territoriais de concretização das políticas públicas, haja vista que a maioria ainda se restringe ao âmbito urbano, por exemplo; e o acesso às políticas públicas. Neste sentido, é fundamental considerar a questão da participação, do direcionamento e da representatividade dos jovens no debate sobre as demandas destas políticas, além da transversalidade da presença das juventudes na sociedade e o caráter interseccionado dos jovens como sujeitos sociais de múltiplas demandas.

Sob tal perspectiva de compreensão do fenômeno social intitulado “políticas públicas”, em âmbito nacional, atualmente, o governo federal dispõe da Secretaria Nacional da Juventude, que visa “[...] formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude” (BRASIL, 2020). Sob o ponto de vista da realidade estadual, a discussão sobre políticas públicas e juventudes em Sergipe teve início no governo de Marcelo Déda (PT), com a criação da Coordenação da Juventude, no ano de 2007, dentro da Casa Civil.

Em Sergipe, o ex-governador Marcelo Déda investiu nesta iniciativa por acreditar que a temática das juventudes deveria estar ligada ao poder executivo (Entrevista com Hora, 2020). Posteriormente, o governo Jackson Barreto (PMDB) também apresentou políticas voltadas às juventudes. Durante o seu mandato, foi criada a Secretaria de Juventude e Esporte, e posteriormente, foi criado o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude (CONEJUVE) através da Lei 7.815, sendo atualmente o maior órgão de representação juvenil do Estado (Entrevista com



Hora, 2020). No atual governo de Belivaldo Chagas (PSD), a Secretaria da Juventude se encontra dividindo espaço com pastas como Esporte e Lazer.

Com os fatos mencionados acima, podemos concluir que o Estado de Sergipe apresentou políticas progressistas ligadas à juventude, mas atualmente, as políticas que incluem a juventude não estão direcionadas exclusivamente a esta categoria. Quando o fazem, são geralmente iniciativas de ordem municipal, podendo, portanto, variar de acordo com cada município. Para a realização da pesquisa que culminou no presente artigo, realizamos um mapeamento histórico sobre políticas públicas, e em seguida entrevistamos os gestores das secretarias ou coordenadorias voltadas à juventude, esporte, lazer e cultura dos seguintes municípios: Aracaju, Canindé, Estância, Glória, Indiaroba, Lagarto, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Tobias Barreto, Neópolis e Itabaiana.

No município de Aracaju, a Secretaria trabalha a capacitação profissional como sua prioridade. Semestralmente, são realizadas atividades em comunidades diferentes com o intuito de capacitar e inserir o jovem no mercado de trabalho. A secretaria possui uma forte comunicação com o CRAS, facilitando o acesso a estas políticas, que contam com o apoio da Secretaria de Saúde, bem como de Educação e Assistência Social, dispondo de um espaço físico para realização dos seus projetos. Já na cidade de Itabaiana, não existe um departamento ou funcionário específico ligado à juventude. Em entrevista com uma funcionária responsável pela Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, pudemos observar que o departamento está mais ligado a projetos culturais voltados a todas as faixas etárias.

Indiaroba, por sua vez, faz parte do grupo de municípios que possuem uma legislação específica: o Plano Municipal para a Juventude, que demanda 1% da verba federal para investimento em políticas públicas voltadas à juventude. O município também possui um Conselho da Juventude, que é composto pelo setor público e pela sociedade civil. Possuem, além disso, um espaço físico para a elaboração de alguns dos seus projetos. Mas, segundo o Coordenador da Juventude do município, apesar destes pontos positivos, os jovens na cidade ainda sentem falta de oportunidades de emprego e lugares de acolhimento à sua pluralidade.

Em Neópolis, não existe no organograma uma coordenadoria ou secretaria voltada para as juventudes, mas existe um cargo transversal vinculado à Secretaria de Assistência Social, que é atribuído às políticas públicas de juventude. A Secretaria



de Assistência Social se encontra há dois anos sem nenhum responsável efetivo ligado à juventude; no momento, há um funcionário da secretaria que foi nomeado como Coordenador da Juventude. Contudo, entretanto não exerce o cargo a ele atribuído, pois não se sente familiarizado com a temática que seria trabalhada.

Analisando as atividades exercidas pelo antigo coordenador, atividades estas citadas por uma assistente social da Secretaria de Assistência Social de Neópolis em uma entrevista, foi notória a falta de políticas públicas realizadas nesta gestão. Ocorriam visitas de tempos em tempos na zona rural da cidade e eram realizadas pequenas atividades voltadas ao público juvenil, mas nada foi citado sobre atividades realizadas na zona urbana do município. Nessa mesma gestão, iniciou-se construção de um Conselho da Juventude, no entanto o projeto não foi levado adiante. Atualmente, existe uma legislação específica para este Conselho, porém o mesmo não existe efetivamente. Segundo a entrevistada um dos fatores que acarretaram a falta de êxito na construção do Conselho foi a própria juventude, alegando que na cidade ainda é muito forte a questão coronelista, ou seja, a juventude não se sente pertencente à atual gestão, não participando, portanto, da construção destas políticas. Atualmente juventude de Neópolis se encontra sem nenhuma política pública voltada diretamente à mesma, uma juventude sem o suporte necessário que lhe é assegurado por lei.

Em Lagarto, segundo o Diretor de Políticas Públicas para a Juventude, o contato com a juventude é direto. Contudo o departamento não possui verba própria, sendo esta compartilhada com as pautas referentes ao esporte e ao lazer - fenômeno visto diversas vezes ao pesquisar a disponibilidade de políticas de juventude no Estado. Já São Cristóvão não apresenta nenhuma secretaria voltada para a juventude, evidenciando uma situação semelhante à de Neópolis. Há, como em Neópolis, um cargo dentro da Secretaria de Assistência Social voltado à juventude, mas nenhuma política efetivada para este público.

O contato com a juventude é mais próximo, há conhecimento das demandas dos jovens, mas não há disponibilidade de recursos financeiros para executá-las. Portanto, as políticas públicas de juventudes do município de São Cristóvão se resumem em iniciativas de acessibilidade para que os jovens possam ir à capital fazer cursos profissionalizantes, disponibilidade de transportes para levar os estudantes para o Instituto Federal de Sergipe, cursos técnicos de curta duração e



oportunidade de emprego em empresas parceiras.

No leste do Estado, no município de Nossa Senhora do Socorro, há uma forte presença de projetos culturais voltados diretamente para público juvenil. A secretária de juventude entrevistada justifica o foco nessas políticas por enxergar a juventude como um período no qual se reivindicam mudanças na sociedade, e acredita que a melhor maneira de se comunicar com os jovens é através de ações culturais. “Através da cultura é que a gente consegue trabalhar com qualquer outra frente, educação, saúde, primeiro a gente entra na comunidade através da cultura.” (Entrevista com Santos, 2020). As iniciativas trabalhadas pela secretaria envolvem oficinas de hip-hop, *rap*, vôlei, futebol, *muay thai* e incentivos ao programa Jovem aprendiz. O município também oferece ações realizadas na Praça da Juventude, contando com a participação ativa de coletivos locais.

Quanto ao município de Canindé do São Francisco, o principal avanço foi na questão legislativa: atualmente o município possui uma Coordenadoria da Juventude, um Conselho Municipal da Juventude e um Fundo Municipal. O atual coordenador de juventudes do município relata que o avanço foi somente nessa questão - a execução dessas políticas ainda está em inércia, em razão da falta de recursos financeiros.

O município de Tobias Barreto apresenta uma das situações mais críticas do estado. A Secretaria de Cultura e Juventude não possui uma comunicação adequada com o público juvenil, sendo a juventude referida pelo gestor de maneira generalizante. Os espaços físicos oferecem uma sala de ensaio e uma de capoeira. Entretanto, estas iniciativas atingem todos os públicos, e a Secretaria não oferece um profissional para gerenciar tais atividades, sendo apenas disponibilizado o espaço.

Em Nossa Senhora da Glória, não logramos contato com um gestor que atue na área das juventudes, realizando assim nossa entrevista com um representante do Festival Rock Sertão. Nesta entrevista, foi relatado que não existem políticas públicas para a juventude no município. O entrevistado também salientou questões políticas que dificultavam a implementação dessas políticas, ressaltando atitudes



coronelistas também vistas em outros municípios do estado, como mencionado acima.

2. REPRESENTAÇÕES DAS JUVENTUDES PELOS GESTORES PÚBLICOS

Para discorrer sobre as representações correntes das juventudes por parte dos gestores municipais, utilizamos mecanismos de análise desenvolvidos durante a pesquisa de iniciação científica mencionada alhures, partindo de um recorte de algumas das perguntas realizadas durante as entrevistas, sendo estas: a) qual seu entendimento sobre políticas públicas? b) como é trabalhado o conceito de juventude? c) qual a visão do gestor sobre a realidade da juventude no município hoje? d) como estas políticas são construídas e a partir de que demandas? Em seguida, classificamos os resultados obtidos segundo os critérios: 1) adequado; 2) pouco adequado; 3) nada adequado.

Partindo destes critérios de análise, pudemos estabelecer parâmetros sobre as representações correntes da juventude por parte dos gestores de cada município. De forma geral, os departamentos públicos costumam se basear nas definições estabelecidas pelo Estatuto da Juventude (dos 14 aos 29 anos). A maioria dos entrevistados apresentou respostas pouco articuladas sobre o que significa ser jovem e qual a realidade das juventudes em seus respectivos municípios; grande parte restringiu-se a classificar a juventude apenas como uma faixa etária. Foi possível encontrar, também, representações de maneira a caracterizar a juventude como “desinteressada”, por meio de informações que beiravam a estigmatização deste grupo, a exemplo do gestor responsável pelo município de Tobias Barreto. Para estes entrevistados, os jovens eram responsáveis pela falta de êxito das políticas públicas voltadas aos mesmos, bem como de uma série de outros “problemas” sociais.

Esta associação da juventude a “problemas” sociais é analisada por Abramo (1997) e Malfitano (2011). Nos municípios cujos gestores situam a juventude de tal maneira, tampouco foram identificadas políticas públicas em atividade disponíveis aos jovens. Abramo (1997), ao discorrer sobre a tematização social da juventude no Brasil, mostra que por meio deste entendimento sobre a juventude surgem iniciativas sociais mais centradas em “remediar” problemas causados pelos jovens, não os assumindo, portanto, enquanto sujeitos capazes de intervir na sociedade. Já Malfitano (2011), no artigo “Juventude entre autonomia e tutela”,



ressalta que

[...] para que as ações públicas ajam na sua potencialidade é preciso que abandonem o paradigma do jovem como “problema”, referindo-se especificamente àqueles advindos de segmentos populares, e instituam esforços para a ressignificação dos objetivos institucionais em uma perspectiva direcionada à vertente emancipatória e autônoma. (MALFITANO, 2011, p. 530)

Contudo, alguns entrevistados utilizaram outros conceitos para definir a juventude, embora em menor número. Nesse contexto, cabe mencionar o reconhecimento da juventude enquanto categoria plural, dotada de um potencial de transformação social. Segundo o gestor da Secretaria Municipal da Juventude e do Esporte de Aracaju, “não existe juventude, dentro de uma caixinha um padrão. [...] Procuramos dialogar o máximo com a comunidade para saber qual a demanda real deles” (Entrevista com Mousinho, 2020).

Nas entrevistas com gestores que apresentaram abordagens mais atualizadas sobre o que entendem por juventudes e por políticas públicas, foi possível identificar políticas ativas de inclusão e participação dos jovens, sendo estes por vezes presentes na elaboração e execução de tais políticas. Neste caso, cabe mencionar as visões de gestores que entendiam a juventude não apenas como faixa etária, mas como grupo social que demanda apoio. Nas palavras dos gestores de Nossa Senhora do Socorro e de Estância, como “sujeitos de direitos”.

Estes gestores afirmaram que as cidades que possuem políticas públicas direcionadas diretamente à juventude constroem essas políticas de acordo com as necessidades e demandas de cada município. Vale mencionar que apenas o município de Estância possui um orçamento próprio para a Secretaria (orçamento este garantido por meio de um edital federal), dispondo de um espaço voltado unicamente para as demandas das juventudes: o Espaço Juventude (Entrevista com Albuquerque, 2020). Este espaço, por sua vez, é de suma importância para os jovens do município, fortemente engajados com as iniciativas propostas pela Secretaria. Segundo o gestor entrevistado, grupos artísticos locais foram responsáveis por construir a identidade visual do espaço, com destaque às inscrições em *grafitti* nas paredes. Pode-se ver, portanto, um cenário contrastante diante dos municípios que não apresentam abordagens condizentes com o contexto das juventudes da região.

O Secretário Adjunto de Juventudes de Estância menciona tais



abordagens ao situar as políticas de juventudes disponíveis no município:

Aqui na Secretaria a gente tem esse conceito de que a juventude é o agora, que precisa de ações para ser protagonista da sua carreira, da sua vida, no agora. Então a gente tá sempre desenvolvendo ações para que elas sejam protagonistas. Além do Estação Juventude [...] a gente oferece esses cursos, mas a gente oferece ações, como shows de talentos, onde a juventude pode mostrar o seu talento [...]. É assim que a gente trabalha, pensando que o jovem é o agora [...] pra que ele chegue no futuro com essa carreira, com esse protagonismo. (Entrevista com Albuquerque, 2020)

Além das iniciativas do município de Estância, durante a entrevista com a gestora de Nossa Senhora do Socorro, a mesma refletiu sobre a necessidade da criação de um vínculo de pertencimento dos jovens para com o espaço e os equipamentos públicos, mencionando o caso de uma praça do município que foi reformada pelos jovens socorrenses. Nas palavras da gestora,

Como foi feito por eles, eles criam uma relação de amor, porque ninguém tem uma relação com o concreto. A relação é de uma história com o local, tem que criar um sentimento de pertencimento. Se o poder público constrói e entrega, as pessoas destroem porque não têm relação com o concreto em si, mas eles têm tendo relação com a construção, de ter reformado aquilo dali. (Entrevista com Santos, 2020).

É possível perceber, nas falas dos dois entrevistados mencionados acima, uma preocupação com como os jovens irão receber o que lhes é ofertado por parte do poder público. Nesse contexto, a abordagem utilizada pela gestores mencionados aproxima-se do que Diógenes (2009) pontua:

O desafio pode ser assim traduzido: ressignificar valores e atitudes dos adolescentes que se sentem excluídos e são realmente excluídos do acesso a equipamentos e serviços urbanos mais diversos, nos seus lugares de vida, nas suas práticas de espaço e, concomitantemente, interligá-los a toda rede de direitos que os constituam como sujeitos atuantes para além dos seus âmbitos costumeiros de atuação e vivência. Nossa empreitada é a de criarmos políticas para a juventude que, no geral, quando são distantes de suas aspirações, se apropriam ao seu próprio modo sem que se observe um envolvimento e uma mudança efetiva na condição de vida dos que usufruem dessas políticas. (DIÓGENES, 2009, p. 283)

Dessa maneira, é possível perceber um contraste nítido entre os dois tipos de representações das juventudes por parte dos gestores públicos no estado de Sergipe. Se, por um lado, a juventude é vista como uma parcela da sociedade que gera conflitos ou desacordos com o poder público, por outro lado pode ser vista como um grupo capaz de intervir na estrutura e na organização da sociedade de maneira a



trazer suas próprias contribuições.

CONCLUSÕES

Tendo em vista as discussões levantadas acima, concluímos que os entendimentos sobre juventudes e políticas públicas por parte do meio institucional exercem impacto nas formas que estas políticas assumem. Nos municípios cujos gestores reforçaram representações generalizantes ou estigmatizadoras acerca da juventude, foi possível notar um distanciamento por parte destes gestores em relação aos jovens. Este distanciamento, por sua vez, gera consequências diretas na aplicabilidade das políticas de juventude. Nos municípios em que foram identificados casos contrários - um diálogo constante com as juventudes -, os resultados obtidos eram políticas adequadas às suas demandas e a presença de juventudes engajadas nas iniciativas propostas pelo poder público. Dessa maneira, percebemos que, sem a aproximação dos gestores das múltiplas realidades vivenciadas pelos jovens, a condução das políticas públicas de juventudes não se dará de forma a contemplar integralmente este público.

Contudo, é pertinente reforçar que, por mais que o estado de Sergipe apresente políticas inclusivas para o público jovem, estas ainda são escassas, fazendo parte da minoria dos municípios estudados para o presente trabalho. Dessa maneira, é necessário problematizar o alcance das políticas de juventude nos municípios que não as têm em seu rol de prioridades, e reiterar a importância de se conceber os jovens como capazes de exercer uma cidadania plena, contribuindo para o exercício da mesma através de seus próprios referenciais.

As políticas públicas voltadas às juventudes, em nossa percepção, devem ser pensadas considerando os jovens sujeitos sociais, que articulam suas próprias visões de mundo e demandas dentro da sociedade. Como evidenciado pelos gestores entrevistados que entendiam os jovens como sujeitos sociais e comunicavam-se diretamente com os mesmos, a aproximação entre o poder público e as juventudes é imprescindível para a eficiência das políticas públicas. Dessa forma, como sugerem Sposito e Carrano (2003, p. 18), “as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas poderiam



agir, ativamente, na produção de novas representações.”

Por fim, levantamos a necessidade de serem discutidas políticas públicas transversais para o público jovem. Por transversalidade entendemos tanto a presença dos gestores públicos quanto das juventudes (representadas seja de maneira formal, por setores como o movimento estudantil, seja por organizações não institucionalizadas como coletivos artísticos) na elaboração de tais políticas, sendo os jovens entendidos, portanto, enquanto sujeitos ativos na reivindicação de direitos e nas articulações entre poder público e sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. N.º 5 Set/Out/Nov/Dez 1997.

AVRITZER, L. Um balanço da participação social no Brasil pós-constituição de 1988. In: _____. **Experiência democrática, sistema político e participação popular**. São Paulo: Editora Fundação Perseu, 2013. p. 11-21.

CABASES, FEIXA e PARDELL. **Jóvenes, Trabajo y Futuro**. Perspectivas Sobre la Garantía Juvenil en España y Europa. Valencia: Tirant lo Blanch, 2018.

CARRANO, P.; SPOSITO, M. Juventudes e Políticas Públicas no Brasil. In: **Políticas públicas de juventud en América Latina**. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G.; SOARES, A. G. **Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil**: um mapeamento da aplicação de modelos internacionais recentes na literatura nacional. In: IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP. Brasília, DF: UnB. 2014. p. 1-22.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. D. C. A. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais**, v. 17, n. 2 2017. 360-378. Disponível em: Acesso em Mar. 2020.

CARRANO, P. C. R.; SPOSITO, M. P. Juventudes e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n.24 2003. p. 16-39.

CARVALHO, J. M. D. A cidadania após a redemocratização. In: **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...o que nos ensina o pragmatismo. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 36.01, p. 187-213, Mar. 2017. Disponível em: Acesso em Mar. 2020.

COUTINHO, D. R. **O direito nas políticas públicas**. São Paulo: [s.n.], 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5066889/mod_resource/content/1/1.2.%20O%20direi



to%20nas%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20-%20Diogo%20Coutinho.pdf.
Acesso em Fev. 2020.

COUTINHO, D. R. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOHN, M. D. G. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, Jan/ Abr 2018. p. 117-133. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v31n82/0103-4979-ccrh-31-82-0117.pdf>. Acesso em Mar. 2020.

GROPPO, L. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas da juventude. In: *Desidades*. n. 14. v. 15. mar. 2017.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alter natives, and Public Policies**. Harlow: Edition, Pearson New International, 2014.

MALFITANO, Ana Paula. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. In: **Etnográfica**. vol. 5. n. 3. 2011.

MARCON, F.; ALMEIDA NETO, M. A. Juventudes, lugares e identidade em disputa: estilos de vida na pracinha do Siqueira. **TOMO (UFS)**, São Cristóvão, v. 20, p. 185-208, jan/jun 2012. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/868>. Acesso em Set. 2019.

PAIS, J. Jovens e cidadania. In: **Sociologia, problemas e práticas**. n.º 49, 2005, pp. 53-70.

ROCHA, C. A. V. Atravessando Fronteiras: os padrões de relações entre sociedade civil e Estado e a produção de políticas públicas. **Revista Tomo**, São Cristóvão/SE, n. 36, jan./jun. 2020. 173-194. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/12309>. Acesso em Fev. 2020.

SANTANA, J. V. P. **O direito à profissionalização do jovem aprendiz à luz do garantismo jurídico**. Dissertação (Mestrado em Direito). São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2018.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Florianópolis: Cengage Learning, 2010.

SILVA, A. **Juventude, Hip Hop e Políticas Públicas na Grande Aracaju**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 2020.

SPOSITO, M. Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 1/. Belo Horizonte, MG : **Argvmentvm**, 2009.

VOOMARO, P. **Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina : tendencias, conflictos y desafíos** . - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Grupo Editor Universitario, 2015.